



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2021. (Do Sr. DIEGO ANDRADE)

Estabelece abatimento progressivo nos impostos e contribuições abrangidos pelo tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei Complementar estabelece abatimento progressivo em favor de microempresas e empresas de pequeno porte nos impostos e contribuições de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º. O art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo terceiro:

“Art. 24.....

.....
§ 3º As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão se valer dos seguintes abatimentos nos valores devidos mensalmente a título de impostos e contribuições abrangidos por esta Lei Complementar:

I - 10% (dez por cento) quando contarem com mais de 10 (dez) anos ininterruptos de atividade;

II - 20% (vinte por cento) quando contarem com mais de 20 (vinte) anos ininterruptos de atividade; e

III - 30% (trinta por cento) quando contarem com mais de 30 (trinta) anos ininterruptos de atividade.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar estabelece uma espécie de prêmio às microempresas e às empresas de pequeno porte (ME/EPP) que, não obstante todas as dificuldades e desafios de mercado, conseguem sobreviver em atividade ininterrupta por 10 anos ou mais.

Mesmo antes da crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus, mais de 70% das empresas fundadas no país encerravam atividades em menos de 10 anos de atividade, conforme constatou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo divulgada em 2020.

Nesse cenário, o projeto nasce da percepção de que o arcabouço normativo brasileiro está repleto de mecanismos para coibir ou punir as empresas inadimplentes ou que encerram suas atividades com dívidas impagáveis. Todavia, não se veem mecanismos que efetivamente estimulem a continuidade da atividade empresarial, que premiem o empresário que consegue se manter em atividade por anos a fio.

Para tanto, estamos propondo um abatimento tributário progressivo diretamente proporcional ao tempo de atividade da ME/EPP em relação aos recolhimentos mensais que serão feitos no contexto do Simples Nacional.

Na convicção de que esta alteração legislativa contribui significativamente para a qualidade do ambiente de negócios em todo o país, conclamo o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, de de 2021.

Deputado Federal DIEGO ANDRADE
PSD/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Andrade
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211585788600>

